

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	441.139
Preferenciais	0
Total	441.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.418.070	1.392.275
1.01	Ativo Circulante	101.710	88.332
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.064	10.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.877	59.549
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.877	59.549
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	59.877	59.549
1.01.03	Contas a Receber	13.854	16.431
1.01.03.01	Clientes	13.854	16.431
1.01.03.01.01	Clientes	13.854	16.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	65	65
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	65	65
1.01.07	Despesas Antecipadas	395	781
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.455	1.309
1.01.08.03	Outros	1.455	1.309
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.448	1.294
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	7	15
1.02	Ativo Não Circulante	1.316.360	1.303.943
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.549	24.192
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.549	24.192
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	25.549	24.192
1.02.03	Imobilizado	14.923	15.578
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.923	15.578
1.02.04	Intangível	1.275.888	1.264.173
1.02.04.01	Intangíveis	1.275.888	1.264.173

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.418.070	1.392.275
2.01	Passivo Circulante	185.273	168.855
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.219	3.469
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.219	3.469
2.01.02	Fornecedores	6.761	6.650
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.761	6.650
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.537	3.986
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.537	3.986
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.537	3.986
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.889	94.664
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.249	34.384
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.249	34.384
2.01.04.02	Debêntures	63.640	60.280
2.01.05	Outras Obrigações	60.505	47.991
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	48.521	38.193
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	44.120	37.403
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.401	790
2.01.05.02	Outros	11.984	9.798
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.341	7.101
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	355	380
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.288	2.317
2.01.06	Provisões	11.362	12.095
2.01.06.02	Outras Provisões	11.362	12.095
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.013	835
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	3.668	4.579
2.02	Passivo Não Circulante	718.121	724.976
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	552.509	564.490
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	141.664	147.932
2.02.01.02	Debêntures	410.845	416.558
2.02.02	Outras Obrigações	131.017	127.907
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	125.498	122.037
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	125.498	122.037
2.02.02.02	Outros	5.519	5.870
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	5.519	5.870
2.02.03	Tributos Diferidos	11.382	11.998
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.382	11.998
2.02.04	Provisões	23.213	20.581
2.02.04.02	Outras Provisões	23.213	20.581
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	20.642	18.346
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	2.571	2.235
2.03	Patrimônio Líquido	514.676	498.444
2.03.01	Capital Social Realizado	441.139	428.139
2.03.01.01	Subscrito	441.139	428.139
2.03.02	Reservas de Capital	462	447
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	462	447

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04	Reservas de Lucros	69.858	69.858
2.03.04.01	Reserva Legal	5.416	5.416
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	7.908	7.908
2.03.04.10	Orçamento de capital	56.534	56.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.217	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	88.028	74.181
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.124	-38.751
3.03	Resultado Bruto	33.904	35.430
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.981	-6.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.982	-6.220
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	1
3.04.04.01	Outras Receitas, Líquidas	1	1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.923	29.211
3.06	Resultado Financeiro	-21.307	-31.691
3.06.01	Receitas Financeiras	2.931	3.633
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.238	-35.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.616	-2.480
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.764	800
3.08.01	Corrente	-2.380	0
3.08.02	Diferido	616	800
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.852	-1.680
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.852	-1.680
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01331	-0,00463

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	5.852	-1.680
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.852	-1.680

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.156	47.348
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	44.658	41.156
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) Líquido	5.852	-1.680
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	12.949	8.429
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	782	0
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ financiamentos, empréstimos e debêntures	18.813	30.666
6.01.01.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	104	-201
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	260	103
6.01.01.07	Tributos diferidos	-616	-800
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.887	-1.602
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	4.072	3.830
6.01.01.10	Plano de opção com base em ações	15	23
6.01.01.11	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	2	12
6.01.01.12	Provisão para manutenção	1.497	1.414
6.01.01.13	Atualização da provisão para manunteção	674	571
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	50	3
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-746	-568
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-604	-34
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	1.061	990
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.380	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.498	6.192
6.01.02.01	Clientes	2.575	1.021
6.01.02.02	Despesas antecipadas	386	478
6.01.02.03	Tributos a recuperar	0	-131
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-661	-55
6.01.02.05	Outros créditos	-154	-234
6.01.02.06	Fornecedores	111	-943
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-250	-482
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	551	220
6.01.02.09	Partes relacionadas	10.336	7.650
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-380	100
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis e trabalhistas	-28	-29
6.01.02.12	Pagamento de Provisão para Manutenção	-786	-1.403
6.01.02.13	Pagametno de Imposto de renda e contribuição social	-2.202	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.187	-15.813
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-769	-432
6.02.02	Aquisição de intangível	-23.418	-15.381
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.102	-29.712
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.559	-1.705
6.03.03	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-1.086	-1.029
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-12.077	-11.318
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-395	0
6.03.07	Partes relacionadas - Mútuo	-611	-574

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.03.08	Juros pagos	-14.492	-15.086
6.03.09	Aporte de Capital	13.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.867	1.823
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.197	52.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.064	54.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.000	15	0	-2.635	0	10.380
5.04.01	Aumentos de Capital	13.000	0	0	0	0	13.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	15	0	0	0	15
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.635	0	-2.635
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.852	0	5.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.852	0	5.852
5.07	Saldos Finais	441.139	462	69.858	3.217	0	514.676

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.000	-33.977	0	0	0	23
5.04.01	Aumentos de Capital	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	23	0	0	0	23
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.680	0	-1.680
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.680	0	-1.680
5.07	Saldos Finais	384.000	407	66.233	-6.696	0	443.944

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	94.133	79.875
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	67.332	62.516
7.01.02	Outras Receitas	3.434	3.512
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.367	13.847
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.796	-30.875
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.387	-25.732
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.409	-5.143
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.337	49.000
7.04	Retenções	-12.949	-8.429
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.949	-8.429
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	41.388	40.571
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.931	3.633
7.06.02	Receitas Financeiras	2.931	3.633
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	44.319	44.204
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	44.319	44.204
7.08.01	Pessoal	5.940	5.118
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.277	3.746
7.08.01.02	Benefícios	1.427	1.163
7.08.01.03	F.G.T.S.	236	209
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.869	4.894
7.08.02.01	Federais	4.347	1.610
7.08.02.03	Municipais	3.522	3.284
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.658	35.872
7.08.03.01	Juros	13.425	16.230
7.08.03.02	Aluguéis	420	548
7.08.03.03	Outras	10.813	19.094
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.852	-1.680
7.08.04.02	Dividendos	2.635	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.217	-1.680

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia os resultados do 1T17:

Itaquaquecetuba, 08 de maio de 2017 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017 (1T17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2016 (1T16).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 1T17, registrou 20.514 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA pró-forma no 1T17 totalizou R\$ 43,4 milhões com margem EBITDA Pró-forma de 67,1%.
- A receita líquida foi de R\$ 88,0 milhões no 1T17, superior 18,6% quando comparado ao 1T16, devido ao acréscimo na receita de construção.

Destaques (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	20.514	20.637	-0,6%
Tarifa média ¹	3,28	3,03	8,3%
Receita líquida	88,0	74,2	18,6%
Lucro/(prejuízo líquido)	5,9	(1,7)	n.m.
EBITDA Pró-forma ²	43,4	39,0	11,3%
Margem EBITDA pró-forma ²	67,1%	64,7%	2,4 p.p.
Capex	25,6	16,7	53,3%

¹ em Reais

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 20.514 mil no 1T17, queda de 0,6% em relação ao 1T16. O tráfego de veículos de passeio apresentou redução de 3,3% influenciado pelo aumento do desemprego na região, já o tráfego de veículos comercial apresentou aumento de 6,6% influenciado pela maior incidência de dias úteis quando comparado ao ano anterior.

VOLUME DE TRÁFEGO equivalentes pagantes x mil)	(veículos	1T17	1T16	Var.
Passeio		14.430	14.930	-3,3%
Comercial		6.084	5.707	6,6%
Total		20.514	20.637	-0,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículos equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante:

Tarifa Média (em R\$)	1T17	1T16	Var.
Ecopistas	3,28	3,03	8,3%

A tarifa média no 1T17 cresceu 8,3%, devido ao reajuste contratual da tarifa de 9,3% pelo IPCA em julho de 2016.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 94,1 milhões no 1T17, aumento de 17,9%, sendo influenciada, principalmente, pelo acréscimo da receita de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Receitas de pedágio	67,3	62,5	7,7%
Receitas acessórias	3,4	3,5	-2,9%
Receita de construção	23,4	13,8	69,6%
Total	94,1	79,8	17,9%

Receita de Pedágio - crescimento de 7,7% no 1T17, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2016.

Receita Acessória – decréscimo de 2,9% no 1T17, proveniente, principalmente, da redução no monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – aumento de 69,6% devido a maior nível de obras contratuais nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas cresceram 31,6% e totalizaram R\$ 59,1 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 21,3 milhões, em linha com 1T16.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Pessoal	5,9	5,1	15,7%
Conservação e manutenção	1,8	1,9	-5,3%
Serviços de terceiros	10,0	10,5	-4,8%
Poder concedente, locações e seguros	1,9	2,0	-5,0%
Outros	1,7	1,8	5,6%
Custos caixa	21,3	21,3	0,0%
Depreciação e amortização	12,9	8,4	53,6%
Provisão manutenção	1,5	1,4	7,1%
Custo de construção de obras	23,4	13,8	69,6%
TOTAL	59,1	44,9	31,6%

Pessoal: R\$5,9 milhões no 1T17, 15,7% superior ao 1T16, devido ao reajuste salarial e aumento no valor de assistência médica.

Depreciação e Amortização: R\$ 12,9 milhões no 1T17, 53,6% superior ao 1T16, devido à queda de volume de tráfego e consequente ajuste na curva de tráfego dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Comentário do Desempenho

Custo de construção de obras: R\$ 23,4 milhões no 1T17, 69,6% superior ao 1T16, devido às obras na Rodovia Ayrton Senna e na Rodovia Carvalho Pinto.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 43,4 milhões com margem EBITDA de 67,1%, aumento de 2,4 pontos percentuais em relação ao 1T16. O EBITDA totalizou R\$ 41,9 milhões no 1T17, crescimento de 11,4%. A margem EBITDA atingiu 47,6% no 1T17, aumento de 3,1 pontos percentuais em relação ao 1T16.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Lucro/(prejuízo líquido)	5,9	(1,7)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	1,8	(0,8)	n.m.
Resultado financeiro	21,3	31,7	-32,8%
Depreciação e amortização	12,9	8,4	53,6%
EBITDA¹	41,9	37,6	11,4%
Margem EBITDA¹	47,6%	50,7%	-3,1 p.p.
Provisão para manutenção ²	1,5	1,4	7,1%
EBITDA Pró-forma³	43,4	39,0	11,3%
Margem EBITDA³	67,1%	64,7%	2,4 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com Instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas rodovias.

³ A margem EBITDA pró-forma foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T17 foi negativo em de R\$ 21,3 milhões, inferior 32,8% em relação ao 1T16, devido principalmente, à redução do IPCA (indexador das debêntures) registrada no período.

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Juros sobre debêntures	(9,6)	(9,8)	-2,0%
Juros sobre financiamentos	(3,8)	(6,5)	-41,5%
Variação monetária sobre debêntures	(5,0)	(14,0)	-64,3%
Amortização de custos com debêntures	(0,4)	(0,5)	-20,0%
Juros sobre mútuos	(4,1)	(3,8)	7,9%
Receita de aplicação financeira	2,2	3,0	-26,7%
Atualização monetária sobre créditos fiscais, líquida	0,5	0,5	0,0%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,7)	(0,6)	16,7%
Outros efeitos financeiros	(0,4)	-	n.m.
TOTAL	(21,3)	(31,7)	-32,8%

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

O lucro líquido do período de R\$ 5,9 milhões no 1T17 devido aos itens mencionados acima.

ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou março de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 85,9 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$ 651,8 milhões em 31 de março de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente) foi de R\$ 565,5 milhões, redução de 4,1%, quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	98,8	94,7	4,3%
Empréstimos e financiamentos	35,2	34,4	2,3%
Debêntures	63,6	60,3	5,5%
Longo Prazo	552,6	564,5	-2,1%
Empréstimos e financiamentos	141,7	147,9	-4,2%
Debêntures	410,9	416,6	-1,4%
Endividamento Financeiro Bruto¹	651,4	659,2	-1,2%
Obrigações com Poder Concedente	0,4	0,4	-
Endividamento Bruto	651,8	659,6	-1,2%
Caixa e equivalentes de caixa	85,9	69,7	23,2%
Dívida Líquida	565,9	589,9	-4,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	565,5	589,5	-4,1%

¹Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$25,6 milhões no 1T17. Os principais investimentos realizados foram pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T17		Total
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	
Ecopistas	24,8	0,8	25,6

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$126,3 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de maio de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016"), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	5.839	4.304
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	13.714	2.018
Aplicações compromissadas (b)	6.310	2.914
Aplicações automáticas compromissadas (c)	201	961
	26.064	10.197

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 22,6% em Certificado de Depósito Bancário, 64% em Operações Compromissadas, 13,4% em Letra Financeira.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/03/2017	31/12/2016
Fundo de Investimentos (a)	57.862	57.589
Poupança (b)	2.015	1.960
	59.877	59.549
Circulante	59.877	59.549

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 99,0% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES e Debêntures.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 31 de março de 2017, a Companhia possui um saldo de R\$2.015 (R\$1.960 em 31 de dezembro de 2016) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	12.100	14.514
Cupons de pedágio	985	999
Receitas acessórias	880	1.027
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	(111)	(109)
	<u>13.854</u>	<u>16.431</u>

(*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	13.854	16.232
Vencidos:		
Até 30 dias	-	182
De 31 a 120 dias	-	17
Acima de 120 dias	111	109
	<u>13.965</u>	<u>16.540</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	109	87
Valores recuperados no período	-	(1)
Constituição de PECLD no período	2	13
	<u>111</u>	<u>99</u>

Notas Explicativas

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo no início do período	24.192	17.446
Adições	661	55
Baixas	(50)	(3)
Atualização monetária	746	568
Saldo no fim do período	<u>25.549</u>	<u>18.066</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

Taxas médias de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015
12,0	49.886	24	4	49.914	(36.335)	(1.492)	(37.827)	(37.827)	13.551
10,9	960	349	-	1.309	(360)	(31)	(391)	(391)	600
9,9	1.571	-	(3)	1.568	(651)	(39)	(690)	(690)	920
-	249	-	-	249	(51)	-	(51)	(51)	198
9,9	5.143	59	(1)	5.201	(1.167)	(128)	(1.295)	(1.295)	3.976
-	470	-	-	470	-	-	-	-	470
-	58.279	432	-	58.711	(38.564)	(1.690)	(40.254)	(40.254)	19.715

Hardwares
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Edificações
Instalações
Outros

Taxas médias de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
9,2	50.752	627	51.379	(41.876)	(1.174)	(43.050)	(43.050)	(43.050)	8.876
11,4	1.641	92	1.733	(517)	(48)	(565)	(565)	(565)	1.124
10,0	1.648	-	1.648	(812)	(41)	(853)	(853)	(853)	836
-	249	2	251	(51)	-	(51)	(51)	(51)	200
9,8	6.033	48	6.081	(1.713)	(148)	(1.861)	(1.861)	(1.861)	4.320
20,4	255	-	255	(31)	(13)	(44)	(44)	(44)	224
-	60.578	769	61.347	(45.000)	(1.424)	(46.424)	(46.424)	(46.424)	15.578

Hardwares
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Edificações
Instalações
Veículos

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

9. Intangível

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016
(*)	1.282.997	10.476	1.293.473	(126.825)	(6.704)	(133.529)	1.156.172		1.156.172
-	-	4.939	4.939	-	-	-	4.939		4.939
9,3	1.508	-	1.508	(1.020)	(35)	(1.055)	-		453
	1.284.505	15.415	1.299.920	(127.845)	(6.739)	(134.584)	1.156.660		1.156.660

Contratos de concessão Intangível em andamento
Softwares de terceiros

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017
(*)	1.376.939	7.278	1.383.428	(152.191)	(11.484)	(163.668)	1.224.748		1.224.748
-	38.880	16.744	55.624	-	-	-	38.880		38.880
9,6	1.717	-	1.717	(1.172)	(41)	(1.213)	545		504
	1.417.536	24.022	1.440.769	(153.363)	(11.525)	(164.881)	1.264.173		1.264.173

Contratos de concessão Intangível em andamento
Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de março de 2017 é de 3,33% a.a. (2,08% a.a. em 31 de março de 2016).

No período findo em 31 de março de 2017 foram capitalizados R\$604 de encargos financeiros (R\$34 em 31 de março de 2016).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017	31/03/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	760	114	-	874	114
Provisão para férias e encargos de diretores	168	24	-	192	24
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	-	(1)	1	(1)
Provisão para manutenção	10.164	471	-	10.635	471
Juros capitalizados	(267)	(197)	-	(464)	(197)
AVP ônus Concessão	2.008	-	(70)	1.938	(70)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(24.833)	-	275	(24.558)	275
IR e CS diferido - (passivo) (i)	(11.998)	412	204	(11.382)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					616

(i) em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$11.382 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/03/2017	31/12/2016
2017	1.162	1.410
2018	1.357	1.240
2019	1.192	1.035
2020	1.082	1.035
À partir de 2021	(16.175)	(16.718)
	(11.382)	(11.998)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Notas Explicativas

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	7.616	(2.480)
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(2.589)	843
Juros sobre capital próprio	896	-
Despesas indedutíveis	(50)	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-
Gratificações a diretores	(26)	-
Outros	5	(43)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(1.764)	800
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(2.380)	-
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	616	800
Taxa efetiva		

11. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/03/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:				
Finem	16 de junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	143.034	148.819
Finem	15 de julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	33.879	33.497
			176.913	182.316
Circulante			35.249	34.384
Não circulante			141.664	147.932

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	182.316	214.647
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	3.799	6.469
Pagamento principal	(7.110)	(7.009)
Pagamento de juros	(2.092)	(3.541)
Saldo final	176.913	210.566

Notas Explicativas

Instituição financeira	BNDE
Garantia	A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
Índices financeiros exigidos	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,34

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2017	31/12/2016
2018	25.704	32.568
2019	32.889	32.739
2020	32.895	32.745
2021	22.009	21.898
Posteriores a 2021	28.167	27.982
	141.664	147.932

Notas Explicativas

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	462.606	460.190
Remuneração (juros)	16.948	22.090
Custos com emissão de debêntures (*)	(5.069)	(5.442)
	474.485	476.838
Circulante	63.640	60.280
Não circulante	410.845	416.558

(*) os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo inicial	476.838	474.041
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	15.014	24.197
Pagamento do principal	(4.967)	(4.309)
Pagamento de juros	(12.400)	(11.545)
Saldo final	474.485	482.384

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$ 370.000
P.U. em 31 de março de 2017	1ª série - R\$1.258 2ª série - R\$1.335 3ª série - R\$1.309 4ª série - R\$1.283
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 12 parcelas (15/01/12 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo

Notas Explicativas

Descrição	
remuneração (juros e correção)	BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR) da Moody's
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	42.937	(845)	42.092	53.194	(1.334)	51.860
2019	70.698	(1.080)	69.618	69.926	(1.080)	68.846
2020	89.625	(885)	88.740	88.646	(885)	87.761
2021	116.400	(583)	115.817	115.129	(583)	114.546
A partir de 2022	94.731	(153)	94.578	93.697	(152)	93.545
	414.391	(3.546)	410.845	420.592	(4.034)	416.558

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2017, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,34

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98% a.a.
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,08% a.a.
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,06% a.a.
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98% a.a.
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	44.120
	Outras partes relacionadas	-	-	28
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	259
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	4.114
CR Almeida S.A. Engenharia e obras (e)	Controladora direta	7	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)		7	-	48.521
Não circulante:				
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	125.498
		-	-	125.498
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	133	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.562	-
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (e)	Outras partes relacionadas	-	25.766	-
		-	27.461	-
Total em 31 de março de 2017		7	27.461	174.019
Total em 31 de dezembro de 2016		15	14.748	160.230

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	4.072
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	4.716	2.448	-
Total em 31 de março de 2017		4.716	2.448	4.072
Total em 31 de março de 2016		3.373	4.311	3.830

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$29.118, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$44.120 em 31 de março de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.

(b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de março de 2017, há um saldo em aberto de R\$125.498 (R\$122.037 em 31 de dezembro de 2016), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2025.

(c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$68.308. O prazo para execução desses serviços é 31 de maio de 2017 e em 31 de março de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$45.812. Os saldos em aberto a pagar R\$287 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$115.975. O prazo para execução dos serviços é 31 de dezembro de 2017. Os saldos em aberto a pagar R\$4.114 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 31 de março de 2017, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 31 de março de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.376.

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	339
Plano de opção com base em ações	40
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	15
Seguro de vida	1
Assistência saúde	21
Previdência privada	11
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	109
	<u>536</u>

Notas Explicativas

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 14,41% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	31.906	2.095	-	-	34.001
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(681)	-	-	(10.198)
Realização da manutenção	(6.553)	-	(1.403)	-	(7.956)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	-	571	4.687
	19.952	1.414	(1.403)	571	20.534
Circulante	1.439				3.836
Não circulante	18.513				16.698
	31/12/2016	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção	40.290	2.002	-	-	42.292
Efeito de valor presente sobre a constituição	(12.042)	(505)	-	-	(12.547)
Realização da manutenção	(11.723)	-	(786)	-	(12.509)
Ajuste a valor presente - realizações	6.400	-	-	674	7.074
	22.925	1.497	(786)	674	24.310
Circulante	4.579				3.668
Não circulante	18.346				20.642

Notas Explicativas

15. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 14,41% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Baixa	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	6.681	-	-	6.681

Circulante	6.681			6.681
------------	-------	--	--	-------

	31/12/2016	Baixa	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	6.681	-	-	6.681

Circulante	6.681			6.681
------------	-------	--	--	--------------

Notas Explicativas

16. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas variáveis	355	380

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Saldo no início do período	380	360
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	1.061	990
Pagamentos	(1.086)	(1.029)
Saldo no fim do período	355	321

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	65.704	66.274
Conservação especial (manutenção)	402.191	404.445
Equipamentos	222.359	220.238

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 71 milhões já realizados até 31 de março de 2017 e R\$ 213 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela Companhia.

Notas Explicativas

17. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(116)	(85)	(201)
(-) Pagamentos	(29)	-	(29)
(+) Atualização monetária	55	48	103
Saldos em 31 de março de 2016	382	1.285	1.667
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.031	1.204	2.235
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(70)	174	104
(-) Pagamentos	(11)	(17)	(28)
(+) Atualização monetária	4	256	260
Saldos em 31 de março de 2017	954	1.617	2.571

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de março de 2017 no montante de R\$2.877 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$5.898 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R\$441.139, representado por 441.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$428.139 em 31 de dezembro de 2016 representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$13.000, representado por 13.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de 441.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva legal é de R\$5.416.

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$56.534.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo a pagar em 31 de março de 2017 de R\$9.341 refere-se a: R\$7.101 juros sobre o capital próprio remanescentes de 2016 e R\$2.240 juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

Notas Explicativas**19. Receita líquida**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	27.759	25.689
Pedágio por equipamento eletrônico	38.022	35.562
Vale-pedágio	1.551	1.265
	67.332	62.516
Receita de construção (c)	23.367	13.847
Receitas acessórias (b)	3.434	3.512
Receita bruta	94.133	79.875
Deduções da receita bruta	(6.105)	(5.694)
Receita líquida	88.028	74.181
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	67.332	62.516
Receitas acessórias	3.434	3.512
	70.766	66.028
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(2.123)	(1.981)
PIS (0,65%)	(460)	(429)
ISS (2% a 5%)	(3.522)	(3.284)
	(6.105)	(5.694)

Notas Explicativas**20. Custos e despesas operacionais - por natureza**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Pessoal	5.940	5.118
Conservação e manutenção	1.836	1.895
Serviços de terceiros (*)	9.972	10.479
Seguros	436	475
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	1.061	990
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	1.497	1.414
Custo de construção de obras	23.367	13.847
Depreciações e amortizações	12.949	8.429
Locação de imóveis e máquinas	420	548
Outros custos e despesas operacionais	1.628	1.776
	59.106	44.971
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	54.124	38.751
Despesas gerais e administrativas	4.982	6.220
	59.106	44.971

(*) os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

21. Resultado financeiro

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.184	2.982
Variação monetária ativa	747	648
Outras	-	3
	2.931	3.633
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(9.626)	(9.761)
Variação monetária sobre debêntures	(5.014)	(13.977)
Amortização de custos das debêntures	(374)	(459)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.799)	(6.469)
Juros sobre contrato de mútuo	(4.072)	(3.830)
Variação monetária ativa	(261)	(257)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(674)	(571)
Outros	(418)	-
	(24.238)	(35.324)
Resultado financeiro, líquido	(21.307)	(31.691)

Notas Explicativas

22. Lucro / (prejuízo) por ação

a) Lucro / (prejuízo) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro/ (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	5.852	(1.680)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	439.532	362.467
Lucro/(prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,01</u>	<u>(0,005)</u>

b) Lucro/ (prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	651.753	659.534
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(85.941)	(69.746)
Dívida líquida	<u>565.812</u>	<u>589.788</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>514.676</u>	<u>498.444</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,10</u>	<u>1,18</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2017 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	5.839	5.839
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (i)	Empréstimos e recebíveis	80.102	80.102
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	13.854	13.854
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	6.761	6.761
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	176.913	176.913
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	474.485	474.485
Obrigações com poder concedente (iii)	Outros passivos financeiros	355	355
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	187	187

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.975 (R\$14.364 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDDES	TJLP + 2,45% a.a.	39.107	36.756	34.433	63.183
BNDDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.518	7.105	6.709	25.645
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	102.704	95.465	114.208	382.477

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa de CDI	386	290	193
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(58.238)	(58.702)	(59.165)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(4.700)	(5.875)	(7.050)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(10.619)	(13.274)	(15.929)
Juros a incorrer, líquidos		(73.171)	(77.561)	(81.951)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,50%	6,38%	4,25%
IPCA (b)	4,27%	5,34%	6,41%
TJLP (c)	7,50%	9,38%	11,25%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. Evento subsequente

Em 13 de abril de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5